

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i32.859>

*A IMPRENSA E AS FESTAS POPULARES E NEGRAS NA ILHA DO MARANHÃO
(1880-1929)*^{1,2}

*THE PRESS AND THE POPULAR AND BLACK FESTIVALS IN THE ISLAND OF
MARANHÃO (1880-1929)*

*LA PRENSA Y LOS FESTIVALES POPULARES Y NEGROS EN LA ISLA DE
MARANHÃO (1880-1929)*

CAROLINA MARTINS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3572-4773>

Doutora em História Social pela UFF

Professora da Universidade Federal do Pará (Campus de Bragança)

Bragança/Pará/Brasil

caroldesouzamartins@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe analisar o relevante papel da imprensa ludovicense no controle das festas populares e negras, assim como apresenta de que forma os festeiros tornaram os jornais um canal de expressão através do qual positivavam seus divertimentos. Em São Luís, a presença das manifestações culturais como o Bumba meu boi, os sambas, o tambor e as festas do Divino Espírito Santo foi assunto que gerou uma quantidade significativa de notícias e publicações nos jornais, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX. As publicações eram, em sua maioria, reclamações sobre a realização de divertimentos que aconteciam com bastante frequência na cidade. Contudo, apesar das reclamações e da construção da imagem negativa que a imprensa ajudava a reforçar sobre os espaços festivos da classe trabalhadora, os festeiros utilizaram-se dos periódicos para apresentar uma autoimagem positiva e para sua própria defesa, quando necessário.

Palavras-chave: Imprensa. Festas Negras. Cultura Popular.

Abstract: This article proposes to analyze the relevant role of the press in São Luís on the control of popular and black parties, as well as presenting how party planners made newspapers a channel of expression through which their entertainment was positive. In São Luís, the presence of cultural events such as the Bumba meu boi, the sambas, the Drum and the Divino Espírito Santo festivals was a subject that generated a significant amount of news and publications in newspapers, especially from the second half of the 19th century. The publications were, for the most part, complaints about having fun that happened quite frequently in the city. However, despite the complaints and the construction of the negative image that the press helped to build on the festive spaces of the working class, the party-goers used the periodicals to present a positive self-image and for their own defense, when necessary.

Keyword: Press. Black Festivals. Popular Culture.

Resumen: Este artículo propone analizar el papel relevante de la prensa ludovicense en el control de los partidos populares y negros, además de presentar cómo los fiesteros convirtieron los periódicos en un canal de expresión a través del cual hicieron positivo su entretenimiento. En São Luís, la presencia de eventos culturales como el Bumba meu boi, las sambas, el tambor y las fiestas del Divino Espírito Santo fue un tema que generó una importante cantidad de noticias y publicaciones en los periódicos,

¹ Artigo submetido à avaliação em abril de 2021 e aprovado para publicação em junho de 2021.

² As reflexões apresentadas neste artigo fazem parte da minha tese de doutorado *Bumba meu boi e festas populares na Ilha do Maranhão* (MARTINS, 2020).

especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XIX. Las publicaciones fueron, en su mayor parte, quejas sobre la diversión que ocurría con bastante frecuencia en la ciudad. Sin embargo, a pesar de las quejas y la construcción de la imagen negativa que la prensa ayudó a construir sobre los espacios festivos de la clase obrera, los fiesteros utilizaron los periódicos para presentar una imagen positiva de sí mismos y para su propia defensa, cuando fue necesario.

Palabras clave: Prensa. Fiestas Negras. Cultura Popular.

Introdução

Os estudos sobre as festas populares e negras têm cada vez mais revelado o importante papel da imprensa no processo de valorização dessas manifestações no território brasileiro. Da mesma forma, os estudos mostram que os jornais também foram determinantes para reforçar a construção de uma imagem negativa acerca dos espaços de diversão da população mais pobre das cidades, constituindo-se como mais uma forma de controle dos divertimentos, juntamente com a polícia e as autoridades civis. Em São Luís, era nos espaços dos jornais que se publicavam reclamações sobre a realização de festas e divertimentos nas ruas da cidade e se exigia a ação das autoridades competentes para que fiscalizassem e acabassem com o que era considerado “inaceitável”. Essas reclamações poderiam partir do próprio jornal ou através de publicações de moradores incomodados com o barulho e com a movimentação que esses eventos provocavam. Contudo, os jornais também se tornaram um importante canal de comunicação para os próprios festeiros, pois por meio deles era possível publicar convites para as festividades e apresentar uma imagem positiva e ordeira desses espaços. Além disso, os jornais eram também utilizados para a publicação de direitos de resposta e defesa por parte dos organizadores de festas para as reclamações que eram constantemente publicadas. Essa questão ganha uma importante relevância, pois ainda há uma pequena produção historiográfica acerca das relações entre imprensa, elites e festas populares em São Luís neste recorte específico (1880-1929). Geralmente, nesses trabalhos, são destacadas somente a exclusão e a negação dos espaços festivos da população pobre da cidade por parte da imprensa e das elites, sem considerar que esse é um processo bem mais complexo e, também, as iniciativas dos próprios festeiros.

Com a intenção de apreender de que forma as festas populares, de maneira geral, foram tratadas pela imprensa ludovicense, realizei no âmbito do doutorado uma ampla pesquisa nos periódicos maranhenses, datados dos anos de 1880 até 1929, que se encontram disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDBN). Nesta poderosa ferramenta de pesquisa, utilizei palavras-chave para obter o máximo de notícias relacionadas

com o tema das festas populares maranhenses. Foram realizadas buscas para termos como Bumba/Bumba meu boi, divino/festa do divino, tambor, batuque, polícia, samba, fandango, carnaval, dentre outros, possibilitando a construção de um grande banco de dados.

Pode-se afirmar que o surgimento das hemerotecas digitais acabou por criar uma nova relação entre o/a pesquisador/a e as fontes de jornal. Se antes as pesquisas em periódicos eram necessariamente realizadas nas bibliotecas físicas, com a mediação de funcionários especializados, a partir da criação das hemerotecas, houve uma maior facilidade de acesso a essas fontes, que podem ser consultadas a qualquer momento e de diferentes lugares. A facilidade de acesso aos periódicos digitalizados traz a possibilidade de consultar, ao mesmo tempo, diversos jornais de diferentes décadas, o que pode resultar em um grande volume de informação. Cabe ao/a pesquisador/a estabelecer critérios de organização para não correr o risco de se “perder” em um mar de jornais digitalizados³. Além do mais, é necessária atenção no que diz respeito a uma leitura mais geral dos periódicos, não se limitando somente às palavras-chave, para não incorrer em uma leitura fragmentada da fonte⁴.

Para esta pesquisa, a partir das palavras-chave anteriormente elencadas, foram reunidas aproximadamente 800 referências às festas populares encontradas em treze periódicos ludovicenses. Essas referências correspondem à realização de divertimentos, artigos de folcloristas, convites, notícias sobre brigas e confusões em festas, editais da polícia, publicação de posturas e notícias sobre festividades realizadas em outras cidades do Maranhão, mas que mantinham contato com a capital. Por exemplo, para as celebrações do Divino Espírito Santo que ocorriam em Alcântara, eram organizadas romarias em embarcações que partiam de São Luís em direção à cidade localizada do outro lado da baía de São Marcos. Todos os jornais analisados me permitiram observar o papel da imprensa na legitimidade e, paradoxalmente, na marginalização de muitas das festas e divertimentos populares ludovicenses.

Entre 1880 e 1929, o periódico que publicou mais informações sobre as festas e divertimentos populares foi o jornal *A Pacotilha*. Fundado em 1880, por Vitor Lobato, representou uma mudança no perfil dos jornais maranhenses, pois, em comparação aos demais periódicos que circulavam na época, trazia um texto mais leve e atraente, com características mais literárias, contando com a publicação de capítulos de romances, como *Os Maias*, de Eça de Queiroz, e contos de Émile Zola, além de ser um jornal abolicionista e

³ Para uma discussão sobre o papel das hemerotecas digitais nas pesquisas científicas, ver Rafaela Giordano (2016).

⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre o uso das hemerotecas digitais e de outras tecnologias pelos historiadores, ver Eric Brasil e Leonardo Nascimento (2020).

republicano (VIVEIROS, 2019). Entretanto, as notícias colhidas nesse periódico correspondem a reclamações sobre barulhos ocasionados pela realização de sambas, Bumbas, tambores e outras expressões culturais ligadas aos trabalhadores pobres da cidade, além de editais do chefe de polícia relativos ao controle e às proibições de divertimentos, como o carnaval e o Bumba meu boi. Destaca-se, também, entre as publicações, diversos convites para festas, como as devotadas ao Divino Espírito Santo, bailes e, sobretudo, para realização de ensaios, apresentações e rituais de mortes de cordões de Bumba meu boi, como veremos a seguir.

Imprensa e controle

Qual a pior coisa que há? Um três noitado aturar um Bumba meu boi⁵.

Os barulhos causados pelos cordões de Bumbas nas ruas da cidade eram a principal justificativa para as reclamações nos jornais. Porém, nota-se que, na realidade, o que incomodava era a presença do folguedo e o que ele representava aos olhos das elites, ou seja, a selvageria, a barbárie e a negação daquilo que era considerado civilizado. Em algumas publicações, pode-se confirmar a colocação acima, como o protesto publicado em 1891 no jornal *A Cruzada*, que expressa bem o sentimento que os cordões de bois despertavam em parte da população letrada ludovicense:

[...] Não consegui dormir o mais leve sono, não só porque me sentia com disposição à insônia, como por causa de uma **berraria infernal** que percorria as ruas próximas à residência minha, chegando a passar em frente à casa. Foram motivo desta algazarra os tais brinquedos de caipora e Bumba meu boi, que com suas **danças selvagens**, andaram percorrendo as ruas mais populosas. [...] Por uma concessão singular do chefe de polícia permitiu-se esse ano que semelhantes folguedos se realizassem a portas à dentro da cidade, o que foi um verdadeiro desuso da autoridade que apareceu esquecer o que dela exige a **civilização**. [...] Se alguém visse esta cidade nas noites destes últimos dias, faria uma ideia tristíssima da nossa civilização, julgarnos ia um povo bárbaro a folgar com danças próprias das solidões selvagens da África. [...]⁶

As expressões destacadas acima, como “berraria infernal” e “danças selvagens” são algumas das que foram utilizadas com frequência pela imprensa para se referir aos

⁵ *A Pacotilha*, n. 75, 11 jul. 1881. p.1.

⁶ *A Cruzada*, n. 213, 30 jun. 1891. p. 2, grifo nosso. *A Cruzada* foi fundado em 1890 e era um periódico de variedades. Tinha uma orientação religiosa, de fundamento católico e, por isso, publicava muitos anúncios sobre temas religiosos.

cordões de Bumba meu boi. Para o reclamante, além do incômodo causado pelo barulho, era inadmissível a convivência com tais costumes, que marcavam a cidade como um lugar incivilizado. Para aumentar mais ainda sua indignação, tais acontecimentos se davam com o aval do chefe de polícia, que permitiu a presença dos cordões “a portas à dentro da cidade”, tornando São Luís a representação da barbárie e com semelhanças à África.

A relação entre o Bumba meu boi e a África era feita pela imprensa desde o século XIX com a intenção de desqualificar o folguedo e aqueles que o faziam. Em 1883, o articulista do jornal *A Pacotilha*, ao narrar a apresentação dos Bumbas no São João daquele ano, afirmava que se um estrangeiro chegasse a São Luís e visse “[...] o boi, produzindo uma gritaria selvagem [...], julgaria estar há dois séculos atrás nos sertões da África”⁷. Essa postura crítica e preconceituosa que os periódicos mantinham com relação aos cordões de boi se estende desde o Império e vai até, pelo menos, as primeiras décadas da República, o que demonstra certa continuidade desse tipo de discurso. Em 1921, o periódico *O Jornal* publicava a seguinte notícia na sua capa:

[...] estamos no azoiante mês do Bumba, recreio estúpido em que aos **africanismos** desplantados misturam-se cantigas desenxabidas, mal sofrendo as modificações oriundas da obnubilação. Alta noite, entregue os habitantes a um sossego angélico. Rufa um tambor de longe, num roufêno batuque, à **laia da Guiné**. [...] Gostamos do folclore, mas o Bumba meu boi é tudo de menos poético. Usança dos homens feios da **Líbia**, apenas serve para embriagar os compartes do inábil cancan, forçando-os a ruinosas libações. Carnaval fora de hora, esse incômodo Zabumba a que não se descobre um simples resquício de graça tem que sumir-se o mais depressa possível, associando-lhe, na morte inglória, a suja pajelança das pretas-minas. Procurem-se outras diversões populares, que eduquem e alevantem os costumes. Dentro da modéstia de pobres, podem conseguir-se meios adequáveis à morigeração das classes humildes, atraindo ao cinema e ao próprio “football”, que ainda não topou quem o norteasse, tornando-o proveitoso à cultura física. [...], Mas o Bumba, brincadeira sensaborona e perversora, não merece contemporizações. Cabe à polícia eliminá-lo de vez, a bem da decência. Os hábitos citadinos, polindo-se dia a dia são lhe infensos. Faça-se ao boi o que se faz ao Judas: exhiba-se ao motejo de todos, inflingindo-lhe um profundo banho nas piscinas microbicidas e resguardadoras do Matadouro modelo. - F⁸.

O articulista exaltava, em um tom bastante negativo e preconceituoso, os elementos que considerava como herança africana, em diálogo com as teorias raciais ainda em voga na Primeira República. O problema, para ele, não eram os folguedos em geral, mas o

⁷ *A Pacotilha*, n. 172, 25 jun. 1883. p. 2.

⁸ *O Jornal*, n. 2003, 8 jun. 1921. p. 1, grifo nosso.

Bumba. Gostava do folclore, mas o Bumba era o menos poético, pois trazia em si elementos perversores, ligados à África e que não teriam a menor graça. Observa-se um caráter educativo a que se presta o jornal, reivindicando formas para a “morigeração” das classes populares, encarregando o cinema e o futebol para a execução dessa tarefa.

Para o Rio de Janeiro de finais do século XIX, Leonardo Affonso de Miranda Pereira cita a “batalha” empreendida pelos literatos pelo fim do jogo de entrudo naquela cidade, a partir de “mensagens pedagógicas” lançadas nas crônicas de jornal e revistas do ano (PEREIRA, 2004). Para o Maranhão, esta função “pedagógica” da imprensa, empenhada em destituir o Bumba meu boi de seu lugar de destaque nas festas de São João da ilha do Maranhão, não surtiu muito efeito, pois a cada ano mais grupos iam surgindo e o envolvimento das pessoas ia aumentando. Nesse mesmo jornal, acompanhando a descrição acima havia a fotografia de um cordão de Bumba meu boi. Na imagem, embora em qualidade ruim, consegue-se visualizar um boizinho ao centro (com uma criança em cima) e um grupo de pessoas ao redor, possivelmente brincantes daquele cordão. Não há mais nenhuma referência sobre quem são e onde foi feita a imagem⁹.

Figura 1 - Grupo de Bumba meu boi.



Fonte: *O Jornal*, n. 2003, 8 jun. 1921. p. 1.

⁹ O periódico *O Jornal* era de propriedade de Alfredo Teixeira, que teve uma significativa atuação na cidade dirigindo a Tipografia Teixeira e a Revista do Norte. *O Jornal* circulou entre os anos de 1914 e 1923 e trazia notas voltadas à administração pública, reivindicações para soluções de problemas, como vandalismo, dentre outros. Em outras edições, *O Jornal* trouxe publicações acerca de mortes e confusões em grupos de Bumba, o que demonstra que este periódico não era muito afeito ao brinquedo do boi.

Tendo em vista a repetição constante desse tipo de demanda publicada a pedido de leitores nos jornais ludovicenses, e às vezes emitindo a própria opinião dos jornalistas, pode-se afirmar que a imprensa acabou ajudando a construir uma imagem negativa das festas e dos divertimentos populares realizados pelos trabalhadores pobres que viviam na ilha do Maranhão. No caso dos bois, as contestações voltavam-se tanto para as apresentações dos grupos pelas ruas da cidade quanto para a realização dos ensaios, que precediam o período junino. Nos anos 1880, encontramos diversas reclamações sobre ensaios, como esta publicada no jornal *A Pacotilha*, em 1883:

Lá pelas bandas de São Thiago, começou ontem pelas 10 horas da noite grandes ensaios do Bumba meu boi com geral satisfação da arraia miúda, que se regala com semelhante coisa e grave escândalo da vizinhança que se vê ameaçada por um flagelo horrível de gritos e berros aterradores¹⁰.

Como é possível observar a partir dos exemplos apresentados, os sons musicais produzidos pelos cordões eram geralmente comparados à gritaria, a grunhidos e à berraria o que, possivelmente, contribuiu para a ausência de registros dos toques, cantos e versos entoados pelos boieiros ludovicenses nessas noites da ilha do Maranhão.

Apesar de destacar a presença negra nos cordões de boi de São Luís, os mesmos jornais permitem-nos observar que os espaços dos Bumbas e das festas de São João possibilitavam a convivência e a interação social entre as classes. Eram nesses ambientes festivos que brancos, negros e caboclos compartilhavam brincadeiras, risos, pilhérias, cantos, danças e também os busca-pés, como bem coloca o articulista de *A Pacotilha*: “Brancos e pretos confundem-se nas tradicionais festas de São João. Estes formam o Bumba e aqueles o atacam de busca-pés”¹¹. A respeito do tom preconceituoso geralmente voltado para os cordões de bois, ressaltamos que grande parte dos jornais se referia às festas de São João com certo saudosismo, tratando-as como representação de um passado bucólico e inocente. No entanto, com relação aos folguedos típicos da época, a imprensa geralmente não economizava esforços em apresentá-los como aquilo que devia ser expurgado da cidade. Não só os Bumbas, mas todas as práticas associadas à brincadeira, como os temidos busca-pés, eram motivo para a publicação de artigos pelos articulistas e de reclamações dos leitores sobre a presença dos folguedos.

¹⁰ *A Pacotilha*, n. 135, 18 maio 1883. p. 3.

¹¹ *A Pacotilha*, n. 145, 25 jun. 1885. p. 3.

A partir da análise dos jornais, percebe-se que, entre as festividades realizadas pelos trabalhadores pobres da cidade e elencadas nesta pesquisa, havia aquelas que eram alvo mais comum do olhar negativo lançado pelos periódicos. No caso do Bumba meu boi, como procuro demonstrar, a imagem do folguedo foi constantemente relacionada pela imprensa à ideia de barbárie e selvageria, mas eles não foram os únicos. Pode-se dizer que os sambas – embalados por violas, reco-recos e pandeiros – e tambores foram também muito atacados por uma adjetivação preconceituosa e racista lançada pelos jornalistas ludovicenses, que constantemente os caracterizavam como perigosos, e a intervenção da polícia sobre eles era cobrada energicamente. Nesse caso, a cor dos frequentadores desses espaços era quase sempre acionada e utilizada como um dos adjetivos que reforçavam o perigo e a inferioridade desses divertimentos. Termos como “negrinhas”, “danças de negros”, “negralhada” eram comuns na linguagem jornalística dos anos finais do século XIX, em São Luís, para demonstrar que a cidade civilizada não poderia mais conviver com esses costumes considerados bárbaros. Publicações com esse teor, comuns no período se referiam a praticamente todas as manifestações culturais populares realizadas e frequentadas pela população pobre de São Luís, primordialmente os negros, mestiços e caboclos.

Com relação aos sambas, a desvalorização da brincadeira e, principalmente, dos frequentadores fica evidente nas publicações que denunciavam a sua realização. Como exemplo, cito uma denúncia publicada sobre o “samba ou baile de mulheres e homens da escória da sociedade” que acontecia aos sábados e domingos na rua da Palma no ano de 1890. Pedia-se providências para o fim da “orgia” que incomodava as “famílias” que, à noite, “[...] procuravam repouso das fadigas do dia”¹². O desconhecimento por parte dos jornalistas ludovicenses sobre os lazeres da população negra e pobre da cidade fica manifesto na indeterminação sobre o termo utilizado para denominar o divertimento. No caso acima, baile e samba são utilizados para se referir ao mesmo espaço, mas em outras notícias a expressão “chinfrim” é bastante citada como forma de desqualificar ainda mais o momento de descontração. Percebe-se o quanto os frequentadores desses locais eram inferiorizados ao considerá-los a “escória da sociedade”.

Nesta mesma rua, cinco anos antes, o jornal *A Pacotilha* reclamava a existência de um samba que acontecia “sem embargos”. Para o articulista, este seria um exemplo de como as coisas aconteciam em São Luís, “sem desfaçatez e com descaro”:

¹² *Diário do Maranhão*, n. 5077, 11 ago. 1890. p. 2.

Na rua da Palma, canto com a da Saúde, é infalível haver um samba ao ar livre, ao qual, ao som de uma viola roufenha, dançam macabramente umas mulheres e homens desarticuladamente uma toada plangente e monótona. Às vezes a dança acaba em rolo, gritaria – uma desordem¹³.

Naquele mesmo mês, outro samba estremecia as mesmas redondezas. *Diário do Maranhão* publicou a reclamação de um divertimento que era realizado todos os sábados e vésperas de dias santos no quintal de uma casa localizada na rua da Cascata, onde era “observada por muita gente”, como dizia o informante do jornal no ano de 1885. A notícia indica que havia certa frequência na realização deste samba de quintal, do qual não se tem mais informações¹⁴.

Recebemos reclamação contra um samba que nas vésperas de dias santos e domingos funciona durante a noite e dia na rua da Cascata, incomodando os vizinhos por tal forma que os priva de dormirem sossegados. A diversão é no quintal da casa e costuma ser observada por muita gente, diz nosso informante¹⁵.

A rua da Cascata (atual Jacinto Maia) é perpendicular à rua da Palma e paralela à rua da Saúde, de onde partiu a primeira reclamação, como podemos ver na citação apresentada acima; portanto, é possível que fossem os mesmos vizinhos reclamando dos barulhos ocasionados por esses dois sambas diferentes¹⁶. Grande parte das reclamações publicadas nesses jornais partia dos vizinhos, que geralmente revelavam o endereço onde ocorria o divertimento com vistas a auxiliar a polícia na repressão. Sobre essa questão, são interessantes as colocações de Maria Clementina Pereira da Cunha, ao estudar a vida cotidiana dos sambistas do Rio de Janeiro dos anos finais do século XIX e início do XX. A historiadora aponta que a falta de reclamações da vizinhança deve ser considerada como um indicativo da condição social e dos hábitos dos moradores das proximidades (CUNHA, 2016, p. 67). No caso de São Luís, tendo em vista o tamanho da cidade e o número de moradores, pode-se considerar alta a quantidade de objeções publicadas nos jornais, o que sugere que não haveria

¹³ *A Pacotilha*, n. 185, 11 ago. 1885. p. 2.

¹⁴ As inúmeras notícias sobre os sambas em São Luís sugerem que havia uma periodicidade desses divertimentos na cidade, em espaços que já seriam consagrados e conhecidos pela população e com a cobrança de entrada. Havia alguns “chinfrins” conhecidos, como o de Benedito Bordeaux, localizado na rua do Ribeirão, e Manoel Cuxá, no final da rua de São Pantaleão. Não há ainda estudos específicos sobre os sambas que aconteciam em São Luís do Maranhão no século XIX.

¹⁵ *Diário do Maranhão*, n. 3597, 25 ago. 1885. p. 3.

¹⁶ O jornal *Diário do Maranhão* foi criado em 1855, circulou até 1858 e depois reapareceu em 1873, trazendo algumas mudanças. Na primeira fase em que circulou, era mais voltado para a publicação de notícias oficiais do governo, artigos de imprensa nacional e estrangeira, além de notícias relativas à agricultura, ao comércio e às artes. Dizia-se imparcial com relação às questões públicas e particulares. Na segunda fase, voltou-se mais para discussões de temas gerais e publicação de anúncios de compra e venda de produtos e serviços e assuntos relativos ao comércio.

uma segregação espacial na cidade¹⁷. Pelo contrário, indica que possivelmente a composição social dos bairros e ruas era mais heterogênea. Para os anos finais do século XIX na cidade, encontra-se uma quantidade cada vez mais crescente de cortiços como local de habitação para a população mais pobre.

Assim, um ponto importante a ser destacado sobre os locais de realização desses divertimentos é o fato de muitos acontecerem nos cortiços. Como colocado, esse tipo de moradia já era bastante comum nos anos finais do século XIX, na cidade de São Luís, e a realização de festas nesses espaços aumentava ainda mais a desconfiança da vizinhança, da imprensa e da polícia, que não deixava de realizar o controle nesses ambientes. A partir do discurso que condicionava a pobreza ao perigo e trazia à tona a ideia das classes perigosas, como aponta Sidney Chalhoub, os divertimentos realizados nos cortiços seriam a verdadeira expressão da barbárie, sendo representados como focos de distúrbio e confusão (CHALHOUB, 2017).

Segundo Chalhoub, o conceito de classes perigosas orientou um importante debate que ocorreu na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses posteriores à abolição da escravidão, no qual se discutia um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade (CHALHOUB, 2017, p. 23). Os parlamentares, baseados nas ideias de M. A. Frégier (um funcionário da polícia de Paris que, em 1840, escreveu um livro sobre as classes perigosas das grandes cidades), acabaram seguindo a tendência de atribuir às classes pobres o significado de classes perigosas. Ainda de acordo com o autor, Frégier não foi capaz de estabelecer uma fronteira entre as “classes perigosas” e as “classes pobres” em suas análises sobre os tipos de malfeitores que agiam em Paris.

Os deputados brasileiros se basearam exatamente nessa imprecisão para construir um conceito de classes perigosas, que abarcasse o “problema” das classes “pobres” e “viciosas”, sendo estas duas últimas palavras tomadas como sinônimos pelos parlamentares (CHALHOUB, 2017, p. 25). A comissão completava o debate com a seguinte conclusão: “[...] as classes pobres [...] são [as] que se designam mais propriamente sob o título de classes perigosas” (CHALHOUB, 2017, p. 26). Como aponta o autor, essa ideia de que a pobreza torna o indivíduo um potencial malfeitor teve consequências para a história do Brasil, servindo como um dos fundamentos para a ação da polícia, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. E o contexto histórico de elaboração do que eram as tais “classes perigosas” no Brasil tornou os negros os principais suspeitos.

¹⁷ No início do século XX, José Ribeiro do Amaral (1898, p. 68) supunha que a cidade de São Luís possuía uma população de aproximadamente 60.000 almas.

A noção de classes perigosas ajuda a entender o que representavam algumas dessas festas e divertimentos em São Luís. A composição social dos grupos de Bumba meu boi, por exemplo, – formados por escravizados e trabalhadores pobres antes de 1888 e, no pós-abolição, constituídos pela grande massa de operários, de trabalhadores marítimos, de lavradores, roceiros e por aqueles trabalhadores que não tinham profissão definida – era um bom motivo para a desconfiança das autoridades policiais sobre eles. Trazendo essas reflexões para a realidade maranhense, vê-se que, mesmo não declaradamente, a noção de classes perigosas e sua atribuição às classes pobres serviram de fundamento para a ação da polícia e para o destaque dado pela imprensa, no sentido de pôr fim à realização das festas populares.

Muitos desses divertimentos nos cortiços foram registrados nas páginas dos periódicos. Nos últimos anos do Império, de modo jocoso e com a intenção de ridicularizar, *A Pacotilha* denunciava, em 1881, a realização de um “estrandoso samba” que acontecia em um cortiço pelas bandas do Cemitério do Gavião, nas proximidades da Madre Deus.

Lá pras bandas do cemitério do Gavião há uma espécie de cortiço onde se exhibe o mais estrondoso samba de que rezam nossos alvarás. O cortiço foi batizado com o pomposo nome de ilha de Bambará e o diretor da orquestra desta divertida ilha intitula-se capitão corneta¹⁸.

Contribuía ainda mais para a caracterização desses lugares como ambientes ameaçadores à ordem o fato da cor dos frequentadores, em determinados casos, ser exaltada como justificativa para a ação da polícia. Em 1881, o jornal *O Paiz* publicava, em um tom no mínimo exagerado, a seguinte notícia:

Os moradores da rua 28 de julho pedem ao Exc. Dr. Chefe de Polícia providências para que cesse um baile ou samba de mais de 40 pretos de ambos os sexos que no sobrado velho, n. 31 da mesma rua, todas as noites, até as 10 h e as vezes até amanhecer, atormentam a vizinhança com danças e palavras indecentes ao som de um fagote incomodativo. O principal inquilino deste velho prédio é o músico do samba e dizem que os pretos contribuem com uma certa quota para a sustentação de tal imoralidade¹⁹.

São Luís era uma das principais cidades negras do Brasil no final do século XIX (MOREIRA *et al.*, 2006, p. 12). Tendo em vista o número expressivo da população negra e parda da cidade, é de se supor que bailes e festas dessa proporção despertassem ainda mais o medo que permeou o imaginário das elites durante o século XIX e o pós-abolição

¹⁸ *A Pacotilha*, n. 102, 12 ago. 1881. p. 2.

¹⁹ *O Paiz*, n. 25, 1 fev. 1881. p. 1.

(AZEVEDO, 1978). No período republicano, a vigilância voltada para os cortiços continua, mas observa-se que as mulheres se tornam o alvo principal das notícias e das reclamações, como consta nas publicações dos jornais. Por exemplo, em 1895, *A Pacotilha* noticiava a realização de um samba organizado por mulheres que acabou em “[...] sarilho grosso”²⁰. Em 1901, o mesmo jornal publicou a notícia sobre algumas mulheres “da pá virada”, que ao realizarem um samba no cortiço da rua das Flores, acabaram sendo presas por lançarem xingamentos à patrulha policial que fora averiguar a situação devido ao incômodo da vizinhança²¹.

Sobre essa questão das classes perigosas, é necessário colocar que, no caso do Bumba meu boi, não havia somente, entre os vizinhos mais abastados, quem odiasse o folguedo e quem considerasse os cordões a representação do perigo. Para além da ousadia dos cordões, que rompiam os limites impostos pela polícia – que, em determinados momentos os impedia de circular pelas ruas da cidade –, havia entre os ilustres habitantes dos casarões coloniais quem gostasse e convidasse os grupos das brincadeiras para dançar, como noticiado em 1881:

O Bumba meu boi já vai abusando. Ontem à noite, as famílias que recolhiam do espetáculo na rua do Sol viram-se forçadas a dar volta por outra rua porque o Bumba que dançava em frente à casa do sr. Dr. Augusto Rosa embargava completamente o trânsito. Pedimos providências à polícia²².

O que poderia justificar essa presença (in)discreta e (in)desejada? Segundo Martha Abreu, ao longo do século XIX, “[...] as danças dos negros ou o que se entendia como tal, tornaram-se atrações nas festas dos senhores, em festas populares e nos teatros” (ABREU, 2017, p. 12). Em São Luís, o Bumba meu boi, pelo menos nesse período, não chegou a alcançar os palcos, mas sim os espaços públicos das ruas, com grande número de espectadores²³. Dentro dessa perspectiva, é possível sugerir que o Bumba meu boi, como uma expressão cultural realizada pelos trabalhadores pobres, negros e caboclos, possibilitaria às elites um espetáculo, mas não apenas isso. As canções negras e caboclas (que remetiam o imaginário a um bucolismo e à inocência) entretinham e divertiam as diferentes classes

²⁰ *A Pacotilha*, n. 273, 19 nov. 1895. p. 3.

²¹ *A Pacotilha*, n. 18, 21 jan. 1901. p. 2.

²² *A Pacotilha*, n. 75, 11 jul. 1881. p. 3.

²³ Consegui localizar nas fontes de jornais, a realização de um concerto que foi realizado em 1922 no Casino Maranhense (um espaço frequentado pelas elites de São Luís), no qual uma das músicas que foram tocadas no piano pela maestra Filomena Brandão Baars intitulava-se *É Bumba!* No programa do concerto consta a seguinte descrição: “A música descreve o seguinte: É noite. Espera-se o cordão: depois começa-se a ouvir de longe, num vago pianíssimo, os assentos do ritmo de sua marcha, num crescendo graduado que, pouco a pouco, se vai ouvindo mais distintamente, à medida que de nós vem se aproximando, até que por fim chega o Bumba”. *A Pacotilha*, n. 219, 18 set. 1922. p. 4.

sociais. Assim, compreender as apresentações dos cordões de boi – realizadas a pedido de setores das elites – como espetáculos, de certa forma, amplia a ideia de que as permissões para esses tipos de divertimento se davam, antes da abolição, somente pelo desejo da classe senhorial de manter a paz entre os escravizados. É possível que, no caso de São Luís, as duas explicações façam sentido.

Como afirma Helidacy Corrêa, não se pode afirmar que houve somente rejeição por parte da população dita “civilizada” com relação ao Bumba, pois havia entre os setores letrados quem gostasse do folguedo (CORRÊA, 2012, p. 93). Esse é também um bom exemplo que reforça a ideia de que, na história do Bumba meu boi, não podemos estabelecer uma dicotomia como se houvesse um período de total exclusão da brincadeira e depois um período de aceitação e valorização, pois esse processo foi bastante complexo. Possivelmente, essa mesma consideração não possa ser feita para o caso dos sambas, pois as notícias levantadas sobre o divertimento demonstram que havia um distanciamento ainda maior deste com relação às elites.

Ainda sobre a questão da vizinhança, é importante considerar a relevância do papel dos vizinhos na vigilância da cidade. Como dito, grande parte das reclamações partia dos moradores das redondezas que acabavam exercendo o papel de colaboradores das autoridades policiais, denunciando e cobrando intervenções das autoridades quando consideravam necessário e quando o incômodo causado pela movimentação das pessoas nas festas fosse suficiente até mesmo para que houvesse uma falsa denúncia. No ano de 1899, no jornal *A Pacotilha*, chamava-se a atenção da polícia para o samba que acontecia aos sábados e domingos na rua de Santana, onde havia “[...] um barulho infernal, palavrões e o jogo de pescções que não raro se seguem às danças”²⁴. Em um dos casos encontrados em que houve o direito de resposta sobre uma denúncia realizada por um vizinho, em sua defesa, o/a organizador/a do samba publicava no dia seguinte um esclarecimento sobre a tal denúncia, ressaltando que o “[...] informante, deixando levar-se pelo despeito, foi exagerado”. Afirmava ainda que a polícia tinha conhecimento sobre o samba e que ela própria poderia testemunhar sobre a falsidade das declarações, pois conservava dois praças durante o divertimento, que permaneciam até a sua finalização²⁵.

Outro caso interessante em que houve direito de resposta envolveu o afamado Boi da Rampa, em 1902. Na notícia publicada pela *A Pacotilha*, o Boi da Rampa foi acusado de promover “um verdadeiro pânico” ao encontrar, na rua da Paz, um boi considerado

²⁴ *A Pacotilha*, n. 275, 20 nov. 1899. p. 2.

²⁵ *A Pacotilha*, n. 208, 25 nov. 1899. p. 3.

adversário, o que teria resultado em uma grande briga²⁶. A partir da análise de uma quantidade numerosa de fontes, observei que havia um cuidado dos organizadores dos cordões em desconstruir essa imagem negativa que, geralmente, era reproduzida pela imprensa e, provavelmente, foi o que motivou o proprietário do boi, na companhia de um dos integrantes, a procurar a redação do mesmo jornal, para prestar os devidos esclarecimentos sobre o ocorrido²⁷.

Os boieiros explicaram ao jornal que os distúrbios que haviam ocorrido não foram protagonizados por ninguém da brincadeira, mas pelas pessoas que acompanhavam o boi e disparavam busca-pés uns nos outros, o que acabou por gerar algumas brigas. Diziam também que, “[...] durante o percurso do referido boi pelas ruas da cidade nas noites da véspera e dia de São João, nenhum conflito se deu e era por isso que eles ali estavam, para evitar que qualquer um que por acaso se suscitasse”²⁸. Os responsáveis pelo grupo procuraram a imprensa para defender o seu cordão de supostas acusações que envolvessem seus brincantes, pois o envolvimento com brigas e confusões poderia render aos grupos impedimentos com relação às autorizações dadas pelo chefe de polícia e a imagem de organização do cordão deveria prevalecer.

Esses dois casos são interessantes, pois permitem visualizar como os jornais, através da publicação das denúncias, acabavam estabelecendo uma relação direta entre esses espaços festivos com violência e pobreza, ainda mais quando havia a presença de homens e mulheres negras. Dessa forma, justificavam a necessidade da polícia para conter e até mesmo proibir a realização tanto dos sambas, quanto dos tambores e dos Bumbas, e evitar a proliferação desses divertimentos na ilha do Maranhão, que se espalhavam tanto no núcleo urbano quanto nos povoados e arrabaldes da cidade²⁹. Uma situação emblemática foi a que ocorreu em 1890, em frente ao Sítio Dois Leões, fora do perímetro urbano. Os realizadores de um samba que acontecia ali foram surpreendidos pela polícia, como informa o jornal *A Pacotilha*, que descreve os frequentadores do evento como “a mais fina flor dos vagabundos e desordeiros”. O delegado de polícia, juntamente com o subdelegado do 3º Distrito e um bom número de praças cercaram o evento e promoveram a prisão de grande parte dos presentes. De acordo com o jornal, houve resistência, pois “os sitiados resistiram armados de paus e canas

²⁶ *A Pacotilha*, n. 150, 25 jun. 1902. p. 1.

²⁷ Na minha tese de doutorado, analisei 477 pedidos de licença (Requerimentos) destinados ao Chefe de Polícia que tinham como objetivo a garantia da autorização para a realização de festividades e 771 Licenças expedidas pela autoridade policial. Nesses documentos, fica explícito o cuidado dos festeiros em apresentarem-se como ordeiros e como representantes da moral e dos bons costumes.

²⁸ *A Pacotilha*, n. 152, 26 jun. 1902. p. 1.

²⁹ *A Pacotilha*, n. 264, 7 nov. 1894. p. 3. Notícia sobre um “chinfrim” na povoação Mocajituba.

de ferro que traziam servindo-lhes de bengala e houve luta”. A maior parte deles conseguiu se esconder no mato, de onde soltaram “[...] uma chuva de pedras sobre a força”³⁰.

Como se vê, a descrição dos ambientes festivos dos trabalhadores pobres como lugares violentos era constantemente feita pelos jornais, como se a realização das festas e divertimentos fosse o motivo para as brigas que poderiam, porventura, acontecer e servia como justificativa para uma ação repressiva da polícia. Em 1883, *A Pacotilha* publicava mais uma notícia em que essa caracterização fica bastante explícita: “Por causa de uma brincadeira de Bumba meu boi, houve ultimamente no Caminho Grande um formidável rolo entre uns negros, que jogavam cacetada de modo espantoso”³¹. Aqui, o “por causa de” expressa bem a relação causal entre os Bumbas e a violência que a imprensa procurava repassar para seus leitores.

O papel da polícia era constantemente destacado pelos jornais como insuficiente para acabar com a presença desses indesejados divertimentos. No entanto, encontrei publicações que destacavam a ação da polícia que agia repressivamente, realizando, inclusive, a prisão de homens e mulheres envolvidos com determinadas práticas. Nesses episódios, a imprensa elogiava e incentivava ações com esse objetivo. Nem as manifestações de cunho religioso poderiam escapar da repressão que era reforçada pela imprensa, como a pajelança. Essa manifestação religiosa – mais comum nas regiões amazônicas, mais especificamente entre o Pará e o Maranhão –, consiste em um conjunto de práticas voltadas para a cura de doenças físicas e espirituais, e envolve elementos afro-brasileiros, indígenas e do catolicismo popular. A pajelança, que poderia inclusive ser confundida com o “tambor”, era comum em São Luís durante o século XIX³². Ela era vista com desconfiança pelos jornais e pela polícia e, por isso, alvo frequente de denúncias publicadas pela imprensa. A intolerância a essas práticas poderia resultar na prisão de seus realizadores, como foi o caso ocorrido com Amélia Rosa, negra alforriada que ficou conhecida no final do século XIX como a Rainha da Pajelança, presa duas vezes: em 1876 e 1877 (FERRETTI, 2004, p. 27).

Houve casos de prisões também na denominada “dança do tambor”. Noticiado pela imprensa a partir de adjetivos negativos, assim como o samba e o Bumba, em 1902, o jornal *Diário do Maranhão* comentava a prisão de um grupo de pessoas que participava de um tambor e a apreensão dos instrumentos pela polícia na localidade denominada João Força, fora do perímetro urbano de São Luís. A diligência liderada pelo subdelegado major Miranda,

³⁰ *A Pacotilha*, n. 230, 25 ago. 1890. p. 3.

³¹ *A Pacotilha*, n. 199, 23 jul. 1883. p. 3.

³² Para um maior aprofundamento sobre a pajelança em São Luís, ver Thiago Lima (2017).

justificava o jornal, dava-se pela desordem, embriaguez e pelo uso de armas pelos participantes³³.

No caso do Bumba meu boi, apesar da campanha empreendida pela imprensa e dos constantes apelos ao chefe de polícia para conter o folguedo, foram encontradas somente duas notícias sobre prisões relacionadas indiretamente a cordões de boi. A primeira, no ano de 1884, referente à prisão e ao recolhimento de “um Bumba meu boi de grande arqueação e tonelagem que se criava e desenvolvia nas pastagens da Madre Deus”, bairro que se destacava nas notícias, pois era repleto de tambores e Bumbas. Possivelmente, nesse caso, trata-se de uma metáfora para noticiar a proibição do cordão de boi do bairro ou mesmo do recolhimento do boi-armação³⁴.

O outro caso é referente à prisão do oficial da Guarda Nacional, em 1910, que estava em um Bumba meu boi que brincava na rua do Norte e fora preso pelos agentes da polícia por ter incitado as pessoas que estavam presentes a desobedecer a ordem do policial para dispersar a brincadeira que naquele ano estava proibida de adentrar as ruas da cidade³⁵. Nesta última notícia, nota-se que não há a afirmação de que o oficial fora preso por estar no boi, mas sim por ter descumprido a ordem policial. Esses exemplos demonstram que não havia uma concordância entre aquilo que a imprensa pregava e o que a polícia priorizava em termos de ação.

Portanto, mesmo com ações voltadas para a repressão de determinadas manifestações, ainda sim, observa-se que, nas reclamações, há um tom de denúncia com relação à atuação da polícia, vista, às vezes, com um desempenho que demonstrava uma relativa “tolerância” no que dizia respeito a esses divertimentos, principalmente, no tocante aos Bumbas. O jornal *O Tempo*, em 1880, denunciava tanto a polícia quanto a Câmara Municipal de serem apaixonadas pelos “[...] folguedos mais rudes e dos lugarejos mais obscuros e atrasados – deram ambas o seu *placet* ao Bumba meu boi que a noite perturba a cidade com infernal berraria”³⁶.

Na Primeira República, as acusações sobre a ineficiência da polícia em relação às expressões populares continuam a ser citadas na imprensa. O jornal *A Pacotilha*, na coluna denominada “As reclamações do Povo”, em 1918, afirmava que as autoridades policiais deviam se “conciliar com a civilização e não retrogradar às velhas práticas”, devendo se “[...] orgulhar da sua cultura e não recuar à barbárie, em detrimento de uma capital que gozou e

³³ *Diário do Maranhão*, n. 8773, 10 nov. 1902. p. 2.

³⁴ *A Pacotilha*, n. 168, 25 jun. 1884. p. 3.

³⁵ *A Pacotilha*, n. 148, 25 jun. 1910. p. 1; *A Pacotilha*, n. 152, 29 jun. 1910. p. 2.

³⁶ *O Tempo*, n. 27, 12 jul. 1880. p. 1.

ainda vai gozando do cognome de Atenas Brasileira”³⁷. O reclamante se referia aos “[...] batuques que enormemente incomodam a maior parte da população” e afirmava: “[...] com certeza isso tem se dado e se vai dando com o *placet* da polícia”. Como se vê, o argumento da civilização era constantemente acionado nas publicações da imprensa e servia para que se cobrasse da polícia ações no sentido de acabar com tantos divertimentos que aconteciam “livremente” pelas ruas da cidade. Sobre essa questão, é importante mencionar que havia um rígido controle da polícia que exigia dos festeiros a expedição de uma licença para poder realizar seus eventos.

Ao Bumba, bela rapaziada: imprensa e convites para os Bumbas nos jornais

Em meio aos cerceamentos e à adjetivação negativa à qual estavam submetidas as expressões populares, para o caso dos Bumbas, pode-se supor que a própria organização dos boieiros permitiu-lhes utilizar a mesma imprensa – que lhes denunciava à polícia e reclamava sobre a sua presença pelas ruas da cidade – a seu favor. Encontrei nos periódicos pesquisados, inúmeros convites publicados por organizadores de Bumba meu boi para que as pessoas comparecessem e prestigiassem os ensaios dos cordões e as apresentações que ocorriam em espaços específicos. Nesses convites, tornava-se possível aos boieiros mostrar ao público em geral a organização dos seus cordões e o seu empenho para realizar os Bumbas durante o São João, em apresentações onde imperaria “a boa ordem” e a “harmonia”, como é possível visualizar neste anúncio sobre a “morte” de um Bumba, do ano de 1883:

Domingo, 5 do corrente, haverá no Caminho Grande [sic] à Estação, em um lugar convenientemente preparado para receber as exmas. Famílias para a popular festa da morte do Bumba meu boi, constando de iluminação à giorno, bandeiras e foguetes, subindo às oito horas da noite às regiões aéreas um soberbo balão. A boa ordem e harmonia hão de concorrer para maior brilhantismo de tão inocente folguedo. A cerimônia da morte será feita com todas as formalidades do rito. Ao Bumba amanhã, bela rapaziada³⁸.

Nesses convites, os grupos de Bumba tinham a possibilidade de apresentar outra imagem de si, contrária à construída pela imprensa. O cuidado em publicar esses convites revela também que os grupos de Bumba meu boi, diferentemente da representação bárbara e selvagem comumente apresentada pelos jornais, eram realizados a partir de uma organização

³⁷ *A Pacotilha*, n. 120, 31 maio. 1918. p. 3.

³⁸ *A Pacotilha*, n. 210, 4 ago. 1883. p. 3.

e investimentos prévios e não eram simples grupos espontâneos. Nos convites em geral, há uma ênfase nos ambientes onde eram realizadas as apresentações, com boa iluminação, decorados com bandeirinhas e onde se valorizava a “ordem” e a “harmonia”, obedecendo às formalidades do rito que, ao contrário do que pregava a imprensa, não poderia ser realizado de qualquer maneira. Inclusive, para anunciar nesses periódicos, era necessário efetuar o pagamento da publicação. Não encontrei o custo de uma publicação nos jornais locais, mas o jornal *A Pacotilha*, por exemplo, anunciava que contratava “[...] a publicação de anúncios pelos mais módicos preços”.³⁹

Ou seja, pode-se supor que os sujeitos sociais dos Bumbas se utilizavam dos mesmos canais de comunicação – que reforçavam e negativavam sua presença e existência – para apresentar outra imagem de si. Os convites eram possíveis brechas através das quais os boieiros atraíam simpatizantes e espectadores para suas apresentações e por onde, provavelmente, demonstravam ao chefe de polícia que não haveria desordens nesses espaços. Nesses convites, havia o cuidado em destacar a presença de “exc. Famílias”, para as quais se disponibilizariam cadeiras, com todo conforto possível. Em 1897, por exemplo, o convite para a apreciação da morte de um Bumba meu boi vem acompanhado da programação do evento, repleta de detalhes sobre a execução do rito, o que demonstra bem esse cuidado dos boieiros:

Grande Festa morte do Bumba meu boi, do areal ao Caminho Grande

Programa:

Sábado, 24 das 8 horas da noite às 3 horas da madrugada haverá a dança de Bumba meu boi e a popular dança do tambor; domingo 25 às 4 horas da tarde terá começo o festejo desse dia anunciado por uma salva de foguetes de bomba real, e uma bem combinada orquestra, às 8 horas da noite será queimado um lindo fogo de corda preparado a capricho pelo hábil e distinto artista, cidadão Antônio Costa, terminando assim este tão agradável entretenimento; o encarregado dessa festa convida a este ordeiro e pacífico povo maranhense a passar uma tarde bem divertida, esperando-os como sempre a fria e boa cerveja, o bom vinho cana-capim, petiscos e bom café, e previne ao público que os negros Pai Francisco e Mãe Catarina, com suas pilhérias tocantes trará os espectadores em contínuas gargalhadas. Ao Areal, rapaziada, haverá muita ordem e moralidade.

Entrada geral – 200 rs.

Cadeiras com ns – 400 rs⁴⁰.

³⁹ *A Pacotilha*, n. 146, 23 jun. 1897. p. 1.

⁴⁰ *A Pacotilha*, n. 184, 6 ago.1897. p. 3.

Os organizadores dos Bumbas tentavam, dessa forma, demonstrar o caráter pacífico dos ambientes em que se realizavam os folguedos. A cobrança de entradas para os rituais de morte de boi era relativamente comum, como se observa a partir da leitura dos jornais. Nesse mesmo período, a Casa Anilense publicava, todos os anos, convites para as festividades de São João, que eram realizadas nos arrabaldes do Anil, com toda pompa e conforto. Os convites para as festas de Bumba realizadas nesse ambiente costumavam ser bem atraentes, como se vê abaixo:

Figura 2 - Convite para morte de Bumba meu boi

Bumba

Domingo e Segunda-feira
vespera e dia de
S. JOAO
virá da povoação do Terú um esplendido
Bumba meu boi
dançar no
-ANIL-

A pedido de muitas familias.
Para esse fim o Albino e a Companhia Ferro-Carril tem resolvido embanderar e illuminar a
CASA ADILGENSE
e á magnifica
Avenida Casimiro

O Albino está disposto, como sempre á corresponder dignamente a visita dos amaveis hospedes que quizerem honrar a
Casa Anilense,
levando como lá se diz
TUDO Á SAPO!

Offereço de uma branquinha marrusca a todo aquelle que fór capaz de conhecer o typo que representar de
MAE CATHARINA
o qual, por motivos supervenientes, deseja conservar o incognito.

Da Ferro-Carril
ne.n por sombras se fala, tantas são as sorpresas que o
VELHO GRAÇA
promette realisar para ser agradável ao bello sexo.
Ha além das viagens de horario, da linha ferrea, carros extraordinarios a toda hora, do dia e da noite, desde que hajam de 20 a 30 passageiros para o
ANIL,
e bonds á partir do Largo do Carmo para aquelle ponto.

Viva S. João Baptista!

Fonte: *A Pacotilha*, n. 146, 21 jun. 1895. p. 3.

Nesse caso, trata-se do anúncio de um evento para o qual seria convidado um grupo de Bumba. Havia o oferecimento da “branquinha” e a garantia de viagens extras do bonde da cidade em direção ao Anil, considerado à época como subúrbio.

Os jornais maranhenses circulavam bastante e eram acessados por uma boa parte da população. Os historiadores Marcelo Cheche Galves, Romário Basílio e Lucas Pinto

apontam que, nas primeiras décadas do século XIX, é possível se observar a prática efetiva da leitura por parte da população de São Luís, possibilitada pela presença de jornais, folhetos e livros, fossem no âmbito privado, nas ruas, nas praças, nos estabelecimentos públicos ou nos comércios (GALVES; BASÍLIO; PINTO, 2019, p. 108). No caso do jornal *O Conciliador do Maranhão*, o primeiro jornal publicado na região, havia uma quantidade significativa de leitores e assinantes para os padrões da época. Conforme indica o historiador, em seis listas nominais de assinantes do jornal, foram registradas 636 assinaturas (ou renovações) de 443 cidadãos (ou firmas). Além do mais, o compartilhamento dos jornais – que poderiam ser repassados a outros leitores –, as discussões públicas nas ruas, nas praças e nos comércios sobre os temas tratados, ou ainda, o “ouvir falar” dos conteúdos ampliavam ainda mais o raio de leitores da cidade e o acesso à cultura escrita (GALVES; BASÍLIO; PINTO, 2019, p. 109).

Ao longo do século XIX, outras tipografias, jornais e revistas foram surgindo em meio à dinâmica cena literária maranhense, diversificando e ampliando os canais de informação disponíveis para a população. Para as últimas décadas do século XIX, registra-se uma média de 30 jornais que circulavam no Maranhão. Destes, somente três eram diários: *A Pacotilha*: hebdomadário crítico e noticioso, *Diário do Maranhão* e *O Paiz*. Eles abordavam uma variedade de assuntos, desde aqueles envolvendo o cotidiano da cidade, como também notícias da Corte e de outros países, folhetins, anúncios de produtos e lojas, oferecimento de serviços e convites para festas em geral (PEREIRA, 2007, p. 95). Assim, é possível concluir que esses convites eram alcançados por uma quantidade significativa de pessoas, garantindo um grande número de espectadores e simpatizantes para os locais onde ocorriam as apresentações dos cordões, para desespero da imprensa, das autoridades policiais e das elites.

Considerações finais

A imprensa, em constante diálogo com os valores civilizatórios modernos, acabou determinando um lugar inferior aos divertimentos populares. Nessa perspectiva, os espaços de divertimento dos trabalhadores pobres não combinariam com São Luís, considerada Atenas Brasileira, berço da civilidade e da erudição. Assim, o olhar jornalístico para as festas populares e negras vinha quase sempre carregado de preconceitos e estereótipos, muitas vezes racistas, o que justificaria a perseguição e a cobrança voltada para as autoridades policiais, para que dessem um fim a esses eventos.

No entanto, esses mesmos jornais foram utilizados, de maneira paradoxal, pelos mesmos festeiros, acusados de bárbaros e incivilizados. Através das folhas jornalísticas, eles

puderam apresentar uma autoimagem positiva tanto de si quanto dos espaços onde promoviam seus divertimentos, garantindo a organização e a moralidade, o que à época se julgava necessário para o bom andamento desses eventos festivos. Dessa forma, os jornais acabaram se tornando canais de expressão de homens e mulheres envolvidos com os divertimentos populares, possibilitando serem vistos da maneira como desejavam e de se defenderem, quando fosse necessário.

Referências

Jornais

A Cruzada, n. 213, 30 jun. 1891.

A Pacotilha, n. 75, 11 jul. 1881.

A Pacotilha, n. 102, 12 ago. 1881.

A Pacotilha, n. 135, 18 maio 1883.

A Pacotilha, n. 172, 25 jun. 1883.

A Pacotilha, n. 199, 23 jul. 1883.

A Pacotilha, n. 210, 4 ago. 1883.

A Pacotilha, n. 168, 25 jun. 1884.

A Pacotilha, n. 145, 25 jun. 1885.

A Pacotilha, n. 185, 11 ago. 1885.

A Pacotilha, n. 230, 25 ago. 1890.

A Pacotilha, n. 264, 7 nov. 1894.

A Pacotilha, n. 146, 21 jun. 1895.

A Pacotilha, n. 273, 19 nov. 1895.

A Pacotilha, n. 184, 6 ago. 1897.

A Pacotilha, n. 275, 20 nov. 1899.

A Pacotilha, n. 208, 25 nov. 1899.

A Pacotilha, n. 18, 21 jan. 1901.

A Pacotilha, n. 150, 25 jun. 1902.

A Pacotilha, n. 152, 26 jun. 1902.

A Pacotilha, n. 148, 25 jun. 1910.

A Pacotilha, n. 152, 29 jun. 1910.

A Pacotilha, n. 120, 31 maio. 1918.

A Pacotilha, n. 219, 18 set. 1922.

Diário do Maranhão, n. 3597, 25 ago. 1885.

Diário do Maranhão, n. 5077, 11 ago. 1890.

Diário do Maranhão, n. 8773, 10 nov. 1902.

O Jornal, n. 2003, 8 jun. 1921.

O Paiz, n. 25, 1 fev. 1881.

O Tempo, n. 27, 12 jul. 1880.

Bibliografia

ABREU, Martha. *Da senzala ao palco: canções escravas nas Américas, 1870-1930*. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

AMARAL, José Ribeiro. *O Estado do Maranhão em 1896*. [s. l.: s.n.], 1898.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemia na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CORRÊA, Helidacy. *São Luís em festa: o Bumba meu boi e a construção da identidade cultural do Maranhão*. São Luís: Editora UEMA, 2012.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Não tá sopa: sambas e sambistas no Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

FERRETTI, Mundicarmo. *Pajelança do Maranhão no século XIX: o processo de Amélia Rosa*. São Luís: CMF; FAPEMA, 2004.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio; PINTO, Lucas Gomes de Carvalho. *Vendem-se impressos a preços módicos na cidade do Maranhão*. São Luís: Editora UEMA, 2019.

GIORDANO, Rafaela Boeira. *Do jornal à ciência: a Hemeroteca Digital Brasileira como fonte de informação para a pesquisa científica*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Thiago. *Maranhão, terra de pajé: a pajelança em São Luís do Maranhão na passagem do séc. XIX para o séc. XX*. São Luís: UFMA, 2017. Tese de doutorado.

MARTINS, Carolina Christiane de Souza. *Bumba meu boi e festas populares na Ilha do Maranhão (1885-1920)*. 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2020.

MOREIRA, Carlos Eduardo [et al.]. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravidão na imprensa maranhense*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Quadros da vida maranhense [velhos jornais do Maranhão]*. São Luís: AML, 2019.